





Chegando e ocupando: História Oral, cotidiano e disputas fundiárias na construção da capital do Tocantins

Eduardo José Silva Lima
eduardo.js@unitins.br

Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, Palmas.
 <https://orcid.org/0000-0001-8171-3085>

 10.28998/rchv14n27.2023.0003

Recebido em 21/05/2023
Aprovado em 19/06/2023



Chegando e ocupando: História Oral, cotidiano e disputas fundiárias na construção da capital do Tocantins

RESUMO

A construção da última capital planejada brasileira do século XX foi marcada por disputas fundiárias. A terra era, se não o maior, um dos maiores meios de arrecadação de ativos financeiros do Tocantins, sendo a venda de lotes e quadras de Palmas uma fonte de renda considerável para o Estado. O comércio de terras era um mercado importante, diante disso nos perguntamos como o direito à moradia foi gerenciado pelas gestões governamentais e como a população de migrantes trabalhadores elaborou estratégias para a garantia desse direito. Pois, se a possibilidade de acesso à terra era via compra de terrenos, como a população pobre iria conseguir sua habitação? No intuito de entender os processos econômicos, sociais e culturais que nos auxiliam a responder esta e outras questões, utilizamos como uma das metodologias a história oral. Analisar como a história de vida dos migrantes se aproxima e se afasta de uma memória oficial do Estado do Tocantins fundamentada em alicerces como livre iniciativa, estado mínimo, valorização do esforço pessoal, meritocracia e enriquecimento através do trabalho. Este trabalho pretende apresentar e analisar histórias de migrantes que, através de resistência conquistaram seu direito fundamental de ter um território para chamar de lar.

PALAVRAS-CHAVES: História Oral; cotidianos; luta pela moradia.

Arriving and occupying: Oral History, daily life and land disputes in the construction of the capital of Tocantins

ABSTRACT

The construction of the last planned Brazilian capital of the 20th century was marked by land disputes. Land was, if not the biggest, one of the biggest means of raising financial assets in Tocantins, with the sale of lots and blocks in Palmas being a considerable source of income for the state. The land trade was an important market, therefore we wonder how the right to housing was managed by government management and how the population of migrant workers developed strategies to guarantee this right. Because, if the possibility of access to land was via the purchase of land, how would the poor population get their housing? In order to understand the economic, social and cultural processes that help us answer this and other questions, we use oral history as one of the methodologies. To analyze how the life history of migrants approaches and departs from an official memory of the state of Tocantins based on foundations such as free enterprise, minimal state, appreciation of personal effort, meritocracy and enrichment through work. This work intends to present and analyze stories of migrants who, through resistance, conquered their fundamental right to have a territory to call home.

KEY-WORDS: Oral History; everyday; struggle for housing.

Palmas, a esperança

Palmas, capital do estado do Tocantins, foi a última cidade brasileira planejada no século XX. Buscando compreender o processo da construção da cidade de Palmas se faz necessário nos aproximar das complexidades as quais o contexto histórico no qual este processo está inserido. Portanto, um ponto a ser ressaltado desde o início deste artigo, sem o mistério que acompanham grandes obras literárias, é de que a pedra fundamental que orientou a construção da cidade de Palmas e que atraiu seus migrantes foi, e em certa medida ainda é, a mentalidade neoliberal. A primeira gestão do estado do Tocantins liderada pelo governador Siqueira Campos tinha como lema, até hoje estampado nas entradas da cidade de Palmas, como o estado da “livre iniciativa e da justiça social”.

A opção de construir uma nova cidade como capital advém justamente da mentalidade de se criar um espaço que consolidasse uma modernidade urbana, já que o território no qual configurava o estado do Tocantins, antigo norte goiano, era essencialmente rural e de economia agrária. Siqueira Campos, deputado federal pelo antigo norte de Goiás, havia sido uma das lideranças pela separação do Tocantins e se torna o primeiro governador para um mandato tampão de dois anos. Inspirado em Juscelino Kubistchek seu slogan era de “2 anos em 20”.

Havia algumas divergências ideológicas entre JK e Campos, porém não podemos negar que havia uma inspiração quanto a estratégias utilizadas na promoção da cidade e, principalmente, na autopropaganda de Siqueira Campos como gestor. Houve uma forte publicidade para atração de diversos tipos de migrantes desde investidores a trabalhadores e entendendo que essas categorias não são homogêneas. Existem diversos tipos de investidores como pessoas que compraram um ou dois terrenos, através de edital, e só apareceram para registrá-los 10 anos, 15 anos depois e empresas que compraram quadras inteiras. Da mesma forma que existiram trabalhadores que foram ser secretários de estado e outros que trabalharam na construção civil na abertura das quadras.

Figura 01: construção da última cidade do século XX.



Fonte: Fundação de Cultura de Palmas. Acervo de fotografia, Palmas.

Como vemos na foto acima há uma construção de memória, de uma estética que pretende promover uma ideia de união entre todos por um bem maior que seria a cidade de Palmas. Fomentando a perspectiva de que as dificuldades são muitas, mas que unidos todos sairiam dali vencedores, o incipiente estado do Tocantins necessitava de uma força identitária e Siqueira Campos enxergou a cidade de Palmas como essa força que estimularia os, agora, tocantinenses. A questão é que um canteiro de obras dessa dimensão a céu aberto no centro do país chamava atenção, ainda mais que havia uma experiência histórica relativamente próxima que foi a capital nacional. As estratégias de convencimento eram muitas, publicidade nos grandes jornais do país que variavam sobre as belezas do Tocantins tinha a oferecer e, claro, as oportunidades de pequenos e grandes negócios. Como também a publicidade orgânica do “boca a boca” de muitos parentes que vinham e acabavam chamando outros.

Porém a relação entre o governo Siqueira Campos e os migrantes variava de que categoria social eram estes, os mais dependentes do Estado não estavam nos planos de ocupação no Plano Diretor. E essa divisão ficou muito clara já nos primeiros anos da cidade de Palmas quando várias atitudes foram tomadas desde barreiras policiais¹, como

¹ Para saber mais sobre as barreiras policiais ver (LIRA BOTTURA 2019).

criação de bairros periféricos para abrigar essa população. A ocupação popular dos espaços do Plano Diretor de Palmas em seus anos iniciais foi tratada como caso de polícia, já que as áreas centrais estavam destinadas a venda ou permuta com grandes investidores. Portanto, os objetivos de ocupação territorial da cidade estavam definidos de acordo com a valoração do solo urbano como uma mercadoria que caso fosse ocupada por uma população de baixa renda seria desvalorizada.

Figura 02- Visão panorâmica do início da construção de Palmas. Tocantins História Viva, 2008.



Fonte: Fundação de Cultura de Palmas. Acervo de fotografia, Palmas.

Para uma visualização do Plano da Cidade, ao centro da figura número 2 é possível observar o Palácio do Araguaia, sede do executivo estadual, a direita o Tribunal de Justiça e a esquerda a Assembleia Legislativa. Atrás do Palácio encontramos toda região sul da cidade, na frente, toda região norte, da qual nos atentaremos neste texto. Pois, foi pela região norte da cidade que se iniciou o processo de ocupação irregular espontânea de

terrenos pela população migrante de trabalhadores que ao chegarem em Palmas não conseguiam locais onde morar.

Já em seus primeiros anos de vida o projeto da cidade de Palmas não foi seguido. A ideia é que a cidade fosse sendo expandida de acordo com o aumento gradativo de sua população. Porém, em 1990, quando a população atingiu menos de dois terços com aproximadamente 25 mil habitantes, o governo realizou uma expansão para região sul da cidade². Essa expansão fora do Plano Diretor possibilitou o governo do estado reservar quadras centrais e valorizadas para venda, troca, pagamento de dívidas e assim o próprio Estado era um agente decisivo na especulação imobiliária.

A relação espaço-tempo permeará este texto, pois é nela que fincamos o arrimo de sustentação, mas não um tempo progressivo e alheio a contextos socioculturais e econômicos. Mas sim, a construção de uma narrativa que enxergue as variáveis complexidades de um tempo que constrói e reconstrói em movimentos fluidos e imerso em um espaço físico. Mesmo tratando-se de uma condição migratória fundamental, seríamos ingênuos se supuséssemos uma homogeneidade neste grupo social. A diversidade dos migrantes, seus anseios, desejos, experiências são infinitamente diversificadas e, sobretudo, em sua maioria pautada em ascensão social. Todavia, os níveis a serem trilhados são plurais o migrante com vivência rural e precária não está em condições compatíveis com funcionários públicos de alto escalão, tampouco com grandes investidores. Precisamos, também, pensar nessa dicotomia que existe em um universo de possibilidades no caminho que leva a total insegurança econômica a uma confortável realidade financeira.

Essas serão as questões apresentadas neste texto, onde pretendemos discutir a questão da formação da cidade de Palmas em seu conceito e como essa mentalidade de cidade neoliberal tem relação intrínseca com as disputas fundiárias que acompanham a cidade desde sua origem. Como também temos a ideia de trabalhar a cidade através da memória das pessoas através da História Oral, como também perceber qual a construção de memória de cidade que os jornais e o Estado tinham interesse em construir. O foco nessas disputas que tinham consequências práticas de vivência e nas experiências que os sujeitos tinham na cidade, ou melhor, nas cidades, pois de tão diferentes percepções parecem lugares muito distantes.

² Todos os direcionamentos citados tomam como partida o marco zero da cidade que é o Palácio do Araguaia, figura 02.

A cidade histórica como campo de tensões

As transformações na ciência histórica e no fazer historiográfico foram profundas durante todo o século XX e seguem durante o XXI, as reflexões referentes a estreita relação entre passado e presente interligados pela História e a ruptura da identificação desta com o passado sendo seu objeto oportunizou incríveis novas possibilidades para produção do conhecimento histórico. O historiador francês Henry Rousso inicia seu livro “A última catástrofe” com uma reflexão em cima de um “episódio”, e certa forma anedótico, mas que permeia uma noção de história limitadora quando ouvimos a frase “Vocês não estavam lá”. Esse questionamento é por si só a histórico, pois se tal questão fosse premissa a ciência histórica seria inviável, mas o que chama atenção são as representações já que a história do tempo presente é marcada por tensões que ainda estão muito presentes na experiência histórica dos envolvidos.

Tais tensões se dão principalmente, porém não unicamente, na conexão entre memória e história. A comunicação entre épocas não se dá naturalmente, é um processo histórico, ainda mais quando pensamos em um período curto historicamente falando que é o nosso objeto de estudo. Tampouco, quando não há um interesse hegemônico nessa memória, já que como diz a epígrafe supracitada traz “nossa desgraça à luz” tocando nas disputas fundiárias da cidade de Palmas em sua primeira década de existência, quando a propaganda oficial do estado era de uma terra de oportunidades e de uma cidade sendo construída sob a égide da modernidade do século que vinha a nascer.

A lembrança está sempre sujeita a modificações e transformações, o presente ressignifica essas memórias, pois tratam-se de subjetividades dos sujeitos e é com esse entendimento que precisamos trabalhar as fontes orais que são um dos pilares deste trabalho. Ao realizar a leitura do texto *Éramos pobres, mas.... Narrar a pobreza na cultura apalachiana*³ (PORTELLI, 2010) do pesquisador italiano Alessandro Portelli percebemos muitas semelhanças com os relatos orais dos migrantes que vieram a habitar na embrionária Palmas dos anos 1990. Os testemunhos trazem consigo uma ênfase na superação das dificuldades encontradas em um ambiente hostil para os migrantes trabalhadores de baixa renda, uma cidade que se planejava para um tempo futuro, mas que não lidava de forma inclusiva com seus problemas presentes e populares. Havia um planejamento físico da cidade, mas não houve uma planificação de como lidar com a

imensa migração e crescimento populacional da capital do Tocantins o que gerou um problema que aflige o presente: vulnerabilidade habitacional.

Dentre as necessidades básicas do homem contemporâneo está a moradia. Todavia, uma grande parcela da população palmense não tem esse direito assegurado devido a condições sociais, econômicas e culturais. A cidade torna-se um grande campo de disputas em diversas esferas, nesse texto trataremos de como a luta pela moradia na cidade de Palmas demonstra conflitos socioculturais em uma cidade planejada e construída sob a égide neoliberal. Palmas se projetava, em discursos, como símbolo da modernidade, uma cidade preparada para o século XXI que estava por vir, contudo poderemos observar que a prática divergiu muito da propaganda.

Conflitos e contradições marcam as complexas características do sistema capitalista de produção, não que antes deste não existiam, contudo, a busca essencial pelo lucro e acúmulo de capital tornaram essas diferenças motoras do próprio sistema. A cidade se modifica dentro dessa perspectiva, se tornando, também, uma mercadoria a ser consumida. O território da recente capital foi ocupado por diversos grupos sociais que tinham interesses e planejamentos diversos e, muitas vezes, divergentes para cidade. Essa pluralidade de sentidos marca a história da cidade de muitas formas, para esse trabalho utilizaremos como horizonte norteador as disputas da cidade no tocante à luta pela moradia.

Tais conflitos embora façam parte de nossa realidade histórica e estejam presente em constância não permitem naturalizações, planejar a cidade é pensar nas pluralidades articulando os vários segmentos no caso de Palmas poderia ter sido utilizado como guia a própria Constituição Federal de 1988. Palmas começou sua construção em 1989, portanto após a Constituição Federal, subentende-se que os direitos previstos pela constituição deveriam ser efetivados, dentre estes o direito à moradia previsto no Art. 6º, ainda mais com o planejamento urbanístico modernista na cidade, no entanto, mesmo com meios para prevenir agravamento em relação a condições de moradia no espaço urbano, a cidade é repleta de problemas habitacionais. Como pontua Brito (2010) Palmas não fugiu à regra da especulação imobiliária, o que gerou um espaço dominado por intervenção política.

Ao relatar sua experiência como recém-chegado a capital do Tocantins em 1993, à época como seminarista, Romeu conta como era a realidade de Palmas nos seus primeiros anos de vida. Seu primeiro local de moradia foi no bairro que se chama Vila União,

oriundo de uma ocupação no centro da cidade que subverteu o projeto inicial da cidade que previa para região clubes aquáticos e mansões. Uma preocupação presente é desassociar as ocupações com práticas criminosas.

Naquela vez a gente andava por tudo que lugar lá na Vila União nos bares, nas coisas que a gente frequentava. Meus colegas faziam umas passeatas, umas coisas lá nos bares, passando num e outro e a gente nunca teve problema com violência, com nada. Mas agora tu tem! Mas naquela época nunca e tinham várias ocupações⁴

Um cuidado pertinente já que havia uma tática do Estado em coligar movimentos sociais com criminalidade no intuito de desmoralizar e enfraquecer a causa na sociedade civil. Em matéria publicada no Jornal do Tocantins em 13 de fevereiro de 2000 intitulada de *Invasões marcaram primeiros anos de Capital* o então presidente da Agência de Desenvolvimento do Tocantins AD-Tocantins, Alexandre Ubaldo, afirma:

Havia uma grande favela na região (Vila União) e um dia me avisaram que estava pegando fogo. Quando chegamos lá com o caminhão Pipa tudo já havia sido destruído pelo fogo, mas ninguém perdeu nada. Ou seja, foi uma armação para invadir toda a quadra já aberta anteriormente⁵

Antes da fala de Ubaldo a matéria faz referência a um grande incêndio ocorrido em 1991 em uma comunidade denominada de Golfo Pérsico que se trata de uma memória traumática para os remanescentes, pois muitos perderam tudo que tinha. Todavia, a notícia não deixa claro se o caso relatado por Ubaldo trata-se do incêndio no Golfo Pérsico ou um dos vários outros ocorridos em ocupações ao longo da história da cidade, porém há um questionamento necessário, pois a acusação de fraude é feita sem que seja apresentada nenhuma prova.

Seguindo a linha da exclusão passamos por várias vivências de precariedade na cidade de Palmas e situação de extrema violência contra populações mais pobres, infelizmente não foram incomuns. Em nossas fontes podemos perceber que incêndios eram frequentes em ocupações da cidade, a estrutura, ou melhor a falta dela, o material

⁴ FEIX, Romeu. Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima. Palmas, 24 fev. 2021.

⁵ Jornal do Tocantins. 1755 a 1779. 1 a 29 de fevereiro. Palmas – TO. 2000. *Invasões marcaram primeiros anos de Capital*. Palmas, domingo, 13 de fevereiro de 2000.

utilizado nas construções geralmente papelão ou madeira, o clima quente e seca em boa parte do ano, acabam criando um perigo iminente. No telejornal Tocantins Agora foi publicado o incêndio na “Invasão da Cascalheira na Quadra 31” matéria com a seguinte fala dos moradores:

Entrevistado 01- Sou morador também E nada do meu barraquinho queimou tudo só escapou mesmo minha geladeira, esse pedacinho, foi o que escapou ainda.

Entrevistado 02- Aqui o meu também foi tudo embora.

Entrevistado 03. Depois do da primeira casa que incendiou a minha foi a segunda casa a queimar, não restou nada nada a única coisa que restou essa roupa que eu estou aqui desde ontem e esse chinelo aqui que já me deram aqui para mim calçar, a única coisa⁶.

Esse foi um dos poucos relatos visuais que conseguimos no corpo documental desta pesquisa e a matéria é devastadora pelo sofrimento estampado nos rostos de quem acabou de perder tudo, que já era muito pouco. Com relação a infraestrutura das ocupações, em geral, podemos destacar algumas características comuns como ausência de saneamento básico, coleta adequada de lixo, instalações elétricas deficientes e outras variáveis que se somam a um conjunto de fragilidade habitacional.

Os mecanismos da cidade se apresentam de acordo como o espaço urbano é apropriado pelos seus habitantes, porém existem interesses econômicos que acabam por suplantar os interesses de qualidade de vida de uma maioria, por exemplo. Sobretudo, quando tratamos de um fator importante como a especulação imobiliária que acaba por segregar uma população vasta de trabalhadores de baixa renda que ficam reféns de moradias de autoconstruções precárias e sujeitas a todo tipo de intempéries. Sobre as dificuldades do cotidiano das ocupações o servidor público Erivelton Santos relata sua experiência:

A Vila União culturalmente ela se refere as três quadras, as três primeiras quadras da região norte, ARNO 31, ARNO 32 e ARNO 33. O que aconteceu, no governo Avelino é... houve uma grande ocupação na 32(ARNO), mas virou um grande campo mesmo de barracas e deram

⁶ INCÊNDIO NA INVASÃO DA CASCALHEIRA. Tocantins Agora. Palmas, 24 de junho de 1994. Acervo pessoal de Marson Nascimento.

o nome aquela ocupação de Golfo Pérsico, porque foi bem na época da Guerra do Golfo Pérsico. Que justamente era ali onde é hoje a Escola Castro Alves na 32 (ARNO), houve um grande incêndio de barracos que essas famílias foram desabrigadas e nisso o Governo do Estado foi obrigado a cortar novas quadras e a 72, a 71, e a ARNO 61 e 73 também quadras que tipo assim cortou e jogou o povo lá o povo ficou sem água, a princípio sem energia elétrica, depois chegou a energia elétrica né? Não demorou muito, mas a água ficou muito tempo sem água e era um carro pipa da prefeitura que ia lá abastecer o povo com água⁷.

A tragédia anunciada acabou por pressionar o governo a abrigar os moradores em outras quadras próximas ao centro da cidade, tal qual eram as quadras que constituem a Vila União. E esse é o cerne da questão, pois como vimos em linhas acima a primeira gestão Siqueira Campos planejou que a população de baixa renda fosse colocada no extremo sul da cidade nos bairros Jardins Aurenys I, II e III⁸. Portanto, a Vila União tem esse caráter único, uma região que está territorialmente privilegiada devido a sua localização centralizada na cidade surgiu a partir de um processo periférico e precário que são as ocupações de terrenos públicos por sujeitos que migraram para Palmas, mas não tinham onde morar.

Sabemos que o projeto da cidade de Palmas foi segregador desde seu início e, portanto, assinalava que o Plano Diretor é um espaço destinado a determinados grupos sociais que podem pagar para morar nele. A implementação desta segregação está associada a transformação da terra como uma mercadoria rentável ao Estado o que, consequentemente, fomenta uma diferenciação entre grupos sociais quanto a probabilidade da aquisição de terrenos. Além dessa questão da terra como mercadoria, dificultando o acesso a moradia, o desenvolvimento do espaço urbano da cidade de Palmas, nos anos 1990, é afetado pelas promessas de empreendimentos imobiliários futuros em áreas centrais ou adjacentes que foram destinados a especulação imobiliária em contraposição à habitação da classe trabalhadora.

Portanto, quando estamos levantando memórias sobre a Vila União, mas também sobre a região norte em geral, estamos falando da exceção, da fratura na segregação. Um

⁷ SANTOS, Erivelton. Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima. Palmas, 27 nov. 2020.

⁸ Jardins Aurenys 1,2 e 3, irmão Dulce, Santa Bárbara, Taquaralto, Taquari dentre outros são bairros criados fora do Plano Diretor.

exemplo deste tipo de ação segregadora foram os bairros criados no extremo sul da capital do Tocantins como os Jardins Aurenys e Taquaralto, que afastou as aglomerações populares de baixa renda das áreas centrais para a periferias do Plano Diretor. Essa hierarquização do espaço foi definida pelo mercado imobiliário aliado ao poder público que tinha interesse na valorização das terras do Plano Diretor já que era o seu maior proprietário, a produção do espaço urbano palmense obedeceu desde sua gênese a orientação mercadológica da terra como mercadoria e que teve repercussão direta nos processos de desigualdade social pelo mercado imobiliário. Ao definir as áreas de maior valor aquisitivo para comercialização, segundo suas especificidades territoriais, esse mercado imobiliário fomentou e ainda fomenta, ao longo dos pouco mais de 33 aos de vida de Palmas uma segregação planejada. Porém, essa peculiaridade da Vila União nos chama atenção no depoimento do agente de saúde e diácono Ignácio, que lembra:

Aí vim mais ele fica para 33, que era antiga 33, e hoje voltou, a 33 passou a ser 307 norte, né? Aí hoje é 33 de novo então lá tava também sendo ocupado, mas nessa ocupação o governo não era a turma do Siqueira não. A turma do Siqueira que foi que criou o projeto que era para projeto piloto aqui, os pobres era para tá no Aurenys um, dois, três e quatro. Ele criou os Aurenys para isso para pobreza ir para lá, quando eu cheguei já tinha muita gente para lá e aqui praticamente ninguém mais, tava ocupando aqui. Agora o povo teve uma força o governo Avelino tava no final do mandato dele e tinha um advogado que não sei se era parente dele também chamava Joãozinho, Josino, Josino!! ele já faleceu, aí esse advogado que deu apoio para o pessoal ocupar essa área da 33 ali tão pertinho 3 km ali do Palácio⁹.

Muitas memórias afirmam que o governo Avelino, em seu período final, facilitou a ocupação da região norte, principalmente as quadras que constituíram a Vila União, no intuito de se vingar do seu desafeto político, Siqueira Campos, que viria a reassumir o governo do estado em seu segundo mandato. A região norte estaria repleta de casas populares e ocupações irregulares quando que no projeto da cidade previa que essa região seria de mansões e clubes aquáticos devido a centralidade e proximidade com o Rio Tocantins.

⁹ SILVA, Inácio. Entrevista concedida a Eduardo José Silva Lima. Palmas, 26 abril. 2021.

Precisamos nos ater com cautela a esse discurso para que não invisibilize ou menospreze a luta e toda vivência dolorosa que observamos aqui em tantas memórias de milhares de pessoas que migraram para Palmas em busca de um Eldorado e tiveram que enfrentar inúmeras dificuldades sendo a busca por um lar a primeira delas. O cotidiano em ocupações significa o dia a dia de uma população privada do acesso à moradia, um direito constitucional, portanto é uma parcela da população que está sendo violentada e resistindo de toda forma que pode em uma luta completamente desleal. Além da luta diária, cotidiana ainda tem a disputa discursiva onde muito se coloca hostilidade e violência na ocupação de famílias sem casa em terrenos que cumprem a função apenas especulativa, fomentando o alto preço do solo causando um impacto negativo a toda população, todavia os agentes de especulação são esquecidos e muitas vezes tratados como vítimas.

Vários foram os fatores que contribuíram para que o projeto original da construção de Palmas fosse alterado, atendendo a interesses diversificados. Como parte da cidade, as ocupações urbanas se tornaram o exemplo mais visível de resistência a processos como: especulação imobiliária, violência estatal, desigualdades estruturais e insuficiência de políticas habitacionais para população pobre. Quando o planejamento da cidade não inclui pessoas em vulnerabilidade habitacional, essas se unem em torno de movimentos sociais organizados, com objetivo de romper com uma lógica exclusivamente neoliberal da cidade, excluindo quem não tinha condições econômicas de pagar por habitação própria. Segregar via economicamente não é nenhuma novidade no capitalismo, tampouco na formação das cidades modernas, trata-se de um longo processo, a questão é que esse processo secular modificou cidades também seculares, já Palmas nasce em outro contexto histórico, mas dentro de uma epistemologia neoliberal que fez com que repetisse o mesmo padrão.

O processo de urbanização e habitação transpassa por algumas etapas até chegar a de industrialização. O filósofo francês Henri Lefebvre discute que a cidade tem um significativo papel diante da percepção capitalista quanto à acumulação de valor, o que faz com que as cidades sejam alvo de especulações de mercado como qualquer outra mercadoria. Além de produto a cidade passa a centralizar as operações econômicas, por conseguinte será um ambiente atrativo para quem busca oportunidades de trabalho de maior remuneração. Com a migração pessoas que moravam em regiões afastadas e rurais se mudam para as cidades, segundo Lefebvre:

As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contem apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. (LEFEBVRE, 2008, p. 20)

Esse núcleo urbano idealizado para promover o progresso e prosperidade acaba por conviver com práticas das quais não condizem com esse ideal de modernidade. De certa forma é na incongruência e na contradição que a ocupação dos territórios fomenta disputas entre os grupos sociais.

O conceito de lugar na contemporaneidade é entendido a partir de cidades que remetessem a ideia de utopia, moldando a um tempo significativo, e ainda hoje, a conformação de cidades e espaços. Ao tratar sobre o caso de Palmas o professor Glaucocozza discorre sobre haver uma contínua necessidade de debater sobre questões urbanas e em como os debates apresentados por escritores urbanistas se sobressaem de acordo com seus posicionamentos em relação à “prática da produção espacial” (COCOZZA,2007).

As cidades contemporâneas são territórios múltiplos que impulsionam afinidades seletivas e complexas construindo também fronteiras além das espaciais que podem impedir passagens, costumes, práticas culturais dentre outros. Portanto, muitas contradições são insuperáveis, não há pretensão de busca pela homogeneidade territorial. Cidades, como Palmas, que passam por um surto migratório intenso crescendo demograficamente exponencialmente com a incorporação de muitas realidades estranhas entre si gera uma complexificação das relações sociais. Essa intrincada combinação poderia ser tratada por diferentes aspectos sendo aqui utilizado o fio condutor das disputas fundiárias que envolvem habitação.

O processo de construção de uma cidade é contínuo, pois tal fenômeno se dá pela mobilização das pessoas. As construções não têm significado a não ser o que damos a elas, portanto, somos nós que idealizamos no concreto uma função, uma identidade, uma representação. Assim, nos parece importante reconhecer que o espaço na condição original constitui-se em um campo de relações, posto que se trata da existência de coisas

ou seres que estão em lugar e podem ser comparáveis. Por isso, a realidade do espaço é pertinente às relações entre objetos e ações.

Se pensava em um crescimento citadino de dentro para fora, humanização das moradias, a familiarização dos moradores das quadras, como uma espécie de minicidades. Contudo, a realidade se mostrou diferente do planejamento. A especulação imobiliária e a sede de lucro atropelou o projeto inicial. Ao invés de se construir uma cidade de dentro para fora, instalou-se “focos” de ocupação, inclusive com o patrocínio governamental. Separaram fisicamente pessoas de acordo com seu poder aquisitivo, os trabalhadores que construíram a cidade foram impedidos de morar no Plano Diretor.

À medida que a cidade crescia e recebia novos habitantes outros espaços foram sendo ocupados. Por volta de 1993, a região norte da cidade, posteriormente denominada como Vila União, que tinha como objetivo inicial ser o setor de mais alto padrão da cidade, foi alvo de uma ocupação popular. Ao invés de grandes mansões e clubes aquáticos, destinou-se a fins menos segregacionistas, contudo sem um planejamento adequado até os dias atuais. O embate entre classes advém de uma tomada de consciência dos abusos cometidos pelo capital, não sendo guiado por doutrinação, mas sim por uma oposição a uma ordem social injusta pré-estabelecida. Quando trabalhadores decidiram ocupar o centro da cidade, o fizeram por existir vazios urbanos garantidos ao capital em detrimento das pessoas.

Como forma de questionamento de uma hegemonia nasce movimentos contestando esse *status quo*: os movimentos de luta pela moradia. Esses surgem de uma emergência quanto à questão urbana que acompanha as mudanças na cidade, quando há um rápido crescimento em função de uma migração e a busca da capital pela população interiorana. Os questionamentos passam a não se limitar a necessidade de uma casa, mas passa também pelo uso do solo e uma regularização fundiária, grandes demandas do Movimento de Luta pela Moradia em Palmas. Esse foi fundado em 1995, suas lideranças eram ligadas a pastorais sociais da Igreja Católica, as organizações estudantis e aos partidos de esquerda. No ano de 1994, é travada uma luta muito grande pela ocupação do centro norte da cidade, o município não contava com nenhuma política pública de moradia popular, mas apenas com grandes projetos imobiliários. O Movimento de Luta pela Moradia organizou muitas estratégias de organização, de ocupação que resultaram em diversas conquistas. Como, por exemplo, conquista de terrenos para construção de casas, fruto de lutas de ocupação e desocupação, amplas negociações, reuniões e debates

com a população, onde discutiam a conjuntura do município e elaboraram estratégias de resistência.

A partir das informações acima é possível perceber que a segregação social em Palmas não é natural, tampouco obra do acaso. Desde sua planta inicial a cidade nasce para ser desigual, para favorecer automóveis e não pedestres, para favorecer o transporte privado e não público e para atender interesses imobiliários em detrimento da população que a construiu. O desafio está em questionar o que é considerado evidente por um número expressivo de pessoas em dada época, em dado lugar. Desafio este um tanto maior quando se refere a sujeitos simples, às pessoas comuns, que construíram e vivenciaram a construção da cidade, pois se sabe que eram, no geral, analfabetos, iletrados, viviam sob intensa vigilância das autoridades governamentais e dos segmentos sociais dominantes. Restringindo sua capacidade de se expressarem, de verbalizarem e de registrarem seu fazer, pensar e sentir. Mas que, no entanto, não a inviabilizaram.

O planejamento da cidade, seguindo uma linha do urbanismo moderno do século XX, permitia que sua implantação fosse realizada em dois níveis, um de seu todo, outro das especificidades, permitia também uma articulação entre normas estaduais e federais sobre planejamento urbano, fundamentalmente o exercício das funções, a organização espacial, as obras civis e o controle administrativo. No memorial descritivo do projeto consta ainda dez princípios na qual deu embasamento à construção de seu planejamento, entre eles estão: traços viários que permitiam acessibilidade à cidade de forma que fosse possível alcançar visualmente o Lago e a Serra do Lajeado; preservar ambientes naturais da cidade; fora pensado meios de beneficiar pedestre tanto no caráter urbano (do seu todo), quanto no centro das quadras (especificidade); a urbanização e desenvolvimento da cidade de forma gradual, evitando assim segregação espacial; a quantidade de moradores por quadra, devendo ser 300 habitantes; transporte e desenho urbano da cidade, devendo haver faixas prioritária de ônibus; dentre outros.

Apesar de todo esse planejamento, Palmas é uma cidade desconfortável para os pedestres, com suas enormes quadras, tendo os mesmos que percorrem por grandes caminhos. Ainda que no planejamento da cidade tenha sido pensado na condição do pedestre, Palmas é uma cidade desenhada para os carros, contrariando mais uma vez seu projeto inicial. Com relação à questão ambiental, mesmo que tenha sido pensada para preservar o ambiente natural foram construídos prédios de alto potencial degradante, como o shopping center, próximo ao Córrego Brejo Comprido. Palmas deveria ter sido

ocupada de forma gradual, porém diversos fatores contribuíram para que essa idealização não fosse efetivada, o que resultou em diversos vazios urbanos e uma enorme segregação sócio espacial na cidade. O não cumprimento da implantação gradual da cidade fez com que atualmente 40% da população resida fora dos limites do Plano Diretor, em regiões periféricas.

Uma interrogação que vem à tona é de como foi dividida a cidade e de quem era a responsabilidade de vender ou doar os lotes. Em Boletim Informativo o Estado explica como será esse processo:

A venda de lotes da capital definitiva do Estado será efetuada por um pool de empresas, que ainda não foram escolhidas. A informação é do deputado Federal e Presidente da Comissão de implantação da Nova Capital (Novatins), Eduardo Siqueira Campos (PDC), que justificou esta ideia afirmando que o governo não pretende transformar órgãos como a Novatins, Codetins e Sevop em empresas imobiliárias. “A área é muito grande também, para ficar nas mãos somente do governo ou de uma empresa”, acrescentou¹⁰.

Fica clara a opção por uma gestão privada da expansão urbana da cidade. Os interesses privados falaram mais alto e, com isso, a população mais pobre foi impedida economicamente de habitar o Plano Diretor da cidade. As áreas centrais foram reservadas para suprir a necessidade de moradia de uma classe alta que até hoje não conseguiu ocupar todo território. Não foi dada à classe baixa a opção de preencher os vazios urbanos, que persistem até os dias atuais. Esses tiveram que lidar com duas alternativas: viver em bairros distantes do centro com uma infraestrutura menos elaborada e bem aquém do ideal urbanístico ou ocupar os vazios urbanos em movimentos pelo direito à moradia.

O pesquisador Francisco Amaral (2009) discorre sobre a propriedade imobiliária e sobre o Estado influenciarem na atividade especulativa, implantando e levando recursos públicos para as áreas distantes ocupadas e aumentando automaticamente os custos das cidades. Ao invés de criar mecanismos que possibilitassem essas pessoas com menos condições financeiras a morarem mais próximos do centro. Essa especulação imobiliária faz com que haja uma expansão horizontal, com diversos vazios urbanos, e aumento de

¹⁰ Boletim Informativo SECOM-TO 02/06/1989 localizado na Caixa 43 do Arquivo da Fundação de Cultura de Palmas.

custos de caráter social como é o caso de infraestrutura por exemplo. Para que houvesse essa segregação socioespacial o mercado imobiliário aumentava os preços de imóveis, o Jornal do Tocantins revela que o valor dos mesmos estavam cerca de 25 % a 30% mais caro do que o estavam no início do ano 2000.¹¹ O presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado do Tocantins (Creci – TO) discorre sobre a especulação imobiliária em nível abusivo, e sobre o valor de lotes assustar os investidores.¹²

No início da instituição da capital, um grande número de pessoas procurou lotes para compra, porém poucas áreas da cidade estavam devidamente regularizadas. Devido a pouca oferta e grande procura de lotes no início da criação de Palmas, houve um aumento bastante significativo no valor dos mesmos, em razão desse aumento o mercado imobiliário começa a ter pouca procura e os moradores a construírem casas e residirem em regiões irregulares, sem a menor infraestrutura digna à moradia.¹³

Com os obstáculos impostos surgem áreas ilegais/irregulares ocupadas com autoconstruções, muitas vezes precárias. Os loteamentos irregulares têm se tornado cada vez mais frequente desde a década de 1990, decorrente da falta de alternativa da população de baixa renda, que ocupam essas regiões vulneráveis, vivendo com o mínimo de infraestrutura urbana e com ausência de serviços públicos. Tendo sequer alguma documentação básica que poderia garantir, mesmo que minimamente, acesso a direitos e políticas básicas, assim também como assegurar aquela própria terra às pessoas que então habitam.

As ocupações em regiões a espera de regularização dão inacessibilidade à direitos sociais, como de saúde e de educação por exemplo, aumento conseqüentemente o número no déficit habitacional e na quantidade de famílias em regiões precárias, e havendo por conseguinte segregação espacial.

A instituição de Palmas, segundo Amaral (2009), se deu por meio a uma gestão territorial autoritária e centralizadora que auxiliava na especulação imobiliária, ofertando moradias em regiões distantes para a população mais pobre. Como exemplo disso foi o sorteio de 750 lotes para venda para famílias sem condições financeiras de comprar um lote/moradia no centro da cidade, famílias estas cadastradas na Agencia de

¹¹ Jornal do Tocantins. 1729 a 1754. 1º a 30 de janeiro. 2000. Vendas de imóveis em baixa na Capital. Palmas, quinta-feira, 27 de janeiro de 2000.

¹² Jornal do Tocantins. 1780 a 1805. 1 a 31 de março. 2000. Especulação imobiliária assusta os investidores. Palmas, domingo, 12 de março de 2000.

¹³ Jornal do Tocantins. 1654 a 1679. 1 a 31 de outubro. 1999. Lotes na Capital têm valorização de até 70%. Palmas, sexta-feira, 1º de outubro de 1999.

Desenvolvimento (AD-TO).¹⁴ Aproximadamente 200 famílias que estavam ocupadas em um território público à margem da TO-050, foram obrigadas pela prefeitura de Palmas a se retirarem, os responsáveis pela operação não deram informações sobre a realização da mesma.¹⁵

Com a falta de programas habitacionais para a população sem condições financeira de comprar um lote/moradia, a Coordenação Municipal do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLP) decide em assembleia geral que mais de 300 sem tetos ocupariam lotes que não estivessem cumprindo nenhuma função social, um dos membros da Coordenação expõe que foi prometido, em período eleitoral, a doação de lotes para a construção de moradias, e inclusive feito o cadastramento de mais de 20 mil famílias, porém, após o período citado o governo comunica que não tem os lotes para essa população.¹⁶

Ainda nos anos 2000, devido à falta de políticas habitacionais e grande número de sem tetos, há diversas mobilizações dos mesmos objetivando sensibilizar a prefeitura, uma dessas mobilizações se deu na escadaria da Assembleia Legislativa, resultando apenas na promessa do vice-presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Palmeri Bezerra (PL-TO) quanto à convocação da comissão para a discussão do problema.¹⁷ O Movimento de Luta pela Moradia organizou muitas estratégias de embate, de ocupação que resultaram em diversas conquistas. Como, por exemplo, conquista de terrenos para construção de casas, fruto de lutas de ocupação e desocupação, amplas negociações, reuniões e debates com a população, onde discutiam a conjuntura do município e elaboraram estratégias de resistência.

À guisa de conclusão

É visível a quantidade de vazios urbanos no centro da cidade e proximidades, então surge o questionamento quanto ao posicionamento do governo após o período eleitoral, para que população não está disponível os lotes não ocupados nas regiões mais centrais?

¹⁴ Jornal do Tocantins. 1499 a 1475. 1º a 31 de março. Palmas – TO. 1999. AD – TO anuncia entrega de títulos e lotes em Palmas. Palmas, sábado, 27 de março de 1999.

¹⁵ Jornal do Tocantins. 1654 a 1679. 1 a 31 de outubro. Palmas – TO. 1999. Invasores são expulsos de uma área municipal. Palmas, quinta-feira, 7 de outubro de 1999.

¹⁶ Jornal do Tocantins. 1629 a 1653. 1 a 30 de setembro. Palmas – TO. 1999. Grupo decide invadir terrenos em Palmas. Palmas, terça-feira, 28 de setembro de 1999.

¹⁷ Jornal do Tocantins. 1985 a 2007. 1 a 29 de Novembro. Palmas – TO. 2000. Sem-teto ocupam escadaria da assembleia. Palmas, quarta – feira, 29 de novembro de 2000.

No livro “Modernidades tardias no cerrado – Arquitetura e Urbanismo na Formação de Palmas” há relatos de moradores quanto à sensação de “cidade fria” sentida pelos mesmos e, ademais, exposição quanto o “novo governador não gostava da ideia de garantir aos pobres terrenos em áreas tão próxima ao Palácio Araguaia, visto que as quadras ocupadas eram próximas ao centro administrativo da nova capital” (REIS, 2018, 164).

No ano de 2022, de acordo com IBGE, a população de Palmas era de 302.692 habitantes, representando aproximadamente 20,0% da população do Tocantins. Já o déficit habitacional, levantado pela Fundação João Pinheiro, era de 12.498 moradias, o que representa 18,2% das unidades habitacionais existentes. É notória a precariedade existente no acesso à moradia, desde a fundação da capital tocantinense até os dias de hoje.

Esse direito não se resume apenas a ter um teto, mas uma habitação digna com todos equipamentos estatais básicos que forneçam serviços de água e esgoto, educação, saúde, transporte e uma acessibilidade que permita uma vida digna. Tais características de moradia podem parecer simples para algumas pessoas, mas para uma parcela significativa de habitantes de Palmas é uma realidade cruel não contar com esses direitos constitucionais.

Entende-se que a regularização de regiões possibilita a efetividade de direitos sociais, abrangendo tanto as políticas de legalização fundiária de regiões ocupadas informalmente, quanto à urbanização de áreas informais, exercendo o direito de todos a viver em condições dignas. Com a temporada de chuva, as periferias da cidade, locais menos desenvolvidos e sem muita infraestrutura sofre com erosões e interrupções de ruas, resultando em ricos para os moradores dessas regiões, dificultando também a circulação de automóveis, sendo o caso dos Aurenys e das Arnos (Área Residencial Noroeste)¹⁸. A falta de energia elétrica também se faz nessas regiões, o que resulta em ligações clandestinas feitas por uma quantidade significativa de moradores, no Jornal do Tocantins há relatos dos moradores da Aurenys III onde os mesmos esclarecem sobre o problema relacionado à energia¹⁹. Os moradores de Taquarussu, bairro também localizado longe do centro da cidade, reivindicam por maiores infraestrutura, como policiamento e posto

¹⁸ Jornal do Tocantins. 1729 a 1754. 1º a 30 de janeiro. Palmas – TO. 2000. Erosão provocada pelas chuvas danificam quadras. Palmas, sábado, 8 de janeiro de 2000.

¹⁹ Jornal do Tocantins. 1729 a 1754. 1º a 30 de janeiro. Palmas – TO. 2000. Gambiarra prejudica morador do Aurenys. Palmas, sábado, 15 de janeiro de 2000.

de saúde²⁰. Os habitantes das Arses (Área Residencial Sudeste) relatam do total descuido do município em relação à iluminação e local para lazer no bairro²¹.

É notório, diante de tantos relatos e mídias/matérias jornalística, que há uma grande precariedade na implantação de recursos/equipamentos públicos, principalmente nas regiões mais distantes da centralidade da cidade, e mesmo que a habitação (loteamentos e casas) seja assegurada, os outros direitos que integram o da moradia não estão sendo efetivado, o que resulta em déficit habitacional. Rafael Gonçalves (2009) aponta que apesar da constituição promover avanços, os registros em relação a programas relacionados ao solo é negativo e que a efetividade de direitos está caminhando em curtos passos.

O projeto da capital do Tocantins, que objetivava uma boa qualidade de vida para os seus moradores, pretendendo atingir a flexibilidade, qualidade ambiental e viabilidade, idealizava uma cidade que remetesse a ideia de novo e tivesse ainda uma facilitação de acesso ao espaço urbano para toda população. Frente a todo o estudo e apresentações em relação à implantação da cidade, nota-se que essa facilitação de acesso à habitação e boa qualidade de vida não ocorrem para toda a população palmense, mas sim para uma porcentagem possuidora de um maior poder aquisitivo.

A história da cidade de Palmas vista sob o olhar dos que tiveram que lutar pela sua moradia é uma lacuna historiográfica para o Brasil, por vezes, omite-se que a cidade habitada pelas pessoas é sempre uma cidade repleta de memória. As experiências vividas no presente são fruto daqueles que participaram do seu processo de construção e, portanto, estão relacionadas ao que foi vivido no passado mesmo por pessoas que não participaram dessa experiência. Interessa-me questionar como uma cidade planejada para ser o exemplo de modernidade se transformou em um território segregador e antidemocrático.

Ao tratar a experiência como uma categoria analítica da construção humana, percebemos que a realidade sócio histórica é uma construção alicerçada em práticas culturais. Portanto, cultura e experiência se tornam elementos centrais de análise para a produção do conhecimento histórico. Uma forma de estudar essas categorias é através da coletividade, dar sentido as práticas, inclusive de resistência, unem as pessoas em horizontes semelhantes, os identificando e possibilitando experiências emancipadoras.

²⁰ Jornal do Tocantins. 2009 a 2034. 1 a 31 de Dezembro. Palmas – TO. 2000. Taquarussu quer mais infraestrutura. Palmas, terça-feira, 19 de dezembro de 2000.

²¹ Jornal do Tocantins. 1960 a 1984. 1 a 31 de outubro. Palmas – TO. 2000. Praça da Arse 14 está abandonada. Palmas, domingo, 22 de outubro de 2000

Entende-se que por mais que se tivesse um projeto para a implantação da cidade, o mesmo não fora seguido, acredita-se nisso devido tantos problemas habitacionais. Deduz-se ainda, através das fontes e relatos de moradores, que se objetivava executar uma forma de higienização social nas centralidades da cidade. A implantação da capital além infringir o projeto primeiro, desrespeita a constituição federativa de 1988 em relação a questão da moradia e direitos sociais. Em Palmas o direito a moradia é de difícil efetivação, e mesmo quando efetivado o acesso à habitação para pessoas mais pobres, essa “acessibilidade” se dá em locais distantes e sem sua complementação, ou seja, sem infraestrutura, sem postos de saúde, escolas e muitas vezes sem até iluminação pública.

Quando o direito à moradia não é garantido, todos os outros direitos sociais são violados. Portanto, para que se garantam os demais direitos, configura-se fundamental o cumprimento do direito à moradia. Entende-se que não pode se analisar os problemas urbanos sem que haja a análise acerca da política social e econômica.

Referências bibliográficas:

AMARAL, Francisco Otaviano Merli do. *Especulação imobiliária e segregação social em Palmas do Tocantins: uma análise a partir dos programas habitacionais no período de 2000 a 2008*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BARBOSA, Fábio. *A formação urbana no município de Palmas (1989-2012) e o direito de moradia*. Dissertação (Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2012

BEZERRA, Nilva Aparecida Pacheco. *A migração em Palmas/To: a felicidade no imaginário social*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2013.

BRITO, Eliseu Pereira de. *Construir Palmas? Uma análise da construção da capital do Tocantins*. Revista Ateliê Geográfico. Goiânia (GO) Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais (IESA), v.4, n. 4. 2010b.

BRITO, Eliseu Pereira. *Planejamento, Especulação imobiliária e ocupação fragmentada em Palmas*. *Caminhos de Geografia*. Revista Online. Vol.11, n. 34. Uberlândia: Instituto de Geografia, UFU, 2010.

COCOZZA, Glauco de Paula. *Paisagem e urbanidade: os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas*. São Paulo, 2007.

GONÇALVES, R. S. *Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial*. São Paulo: Estudos avançados, vol. 23, nº 66, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br>, acesso em 20/11/2018

GRUPOQUATRO. *Memória do projeto da capital do estado do Tocantins. Palmas/Plano Básico*. Goiânia, 1989 (Mimeo).

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5ª edição. São Paulo: Centauro Editora, 2009.

LIRA BOTTURA, Ana Carla de. *Conflitos e produções de consensos na cidade neoliberal: a luta pela moradia em Palmas*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo, São Carlos, 07/08/2019.

LIRA, Eliseu Ribeiro. *A gênese de Palmas: a geopolítica de (re) ocupação territorial na Amazônia Legal*. Goiânia: Kelps, 2011.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio de periódicos*. In: PISNKY, Carla. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MORAES, Lúcia Maria. *A segregação planejada; Goiânia, Brasília e Palmas*. 2. Ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

MOTTER, Ana Elisete. *Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989-2002)*. 2010. 158f. Tese (Doutorado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos Unisinos), São Leopoldo, 2010.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. *Modernidades tardias no cerrado – arquitetura e urbanismo na formação de Palmas*. Florianópolis. Insular. 2018.

SHARPE, Jim. *A história vista de Baixo*. In.: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: volume 1 : árvore da liberdade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria, ou, um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.